

# Instrução, educação e sentimento nacionais: os Brasis imaginados de José Veríssimo e Guimarães Rosa

*Instruction, education, and national sentiment: the Brazils imagined by José Verissimo and Guimarães Rosa*

**Bruno Flávio Lontra Fagundes\***

*Submetido em 26 de março de 2011 e aprovado em 3 de maio de 2011.*

---

## **Resumo:**

Este artigo analisa os Brasis imaginados em *A Educação Nacional*, de José Veríssimo, publicado em 1890, e em *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, publicado em 1956, destacando diferenças e semelhanças sobre o que os autores entendem do papel da literatura, da escola, da instrução e da educação públicas na constituição da identidade social e cultural de uma imaginada nação brasileira.

---

## **Palavras-chave:**

Nação. Educação. Imaginação.

---

## **Abstract:**

This article examines the Brazils imagined in *The National Education*, by José Verissimo, published in 1890, and in *The Devil to Pay in the Backlands*, by João Guimarães Rosa, published in 1956, highlighting differences and similarities of the authors' understanding of the role of literature, school, instruction, and public education in the formation of the social and cultural identity of an imagined Brazilian nation.

---

## **Keywords:**

Nation. Education. Imagination.

---

\* Doutor em História (FAFICH-UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Assessor/ Consultor de Projetos do Espaço do Conhecimento da UFMG (BH) – Este artigo foi desenvolvido no curso de nossa reflexão que redundou em nossa tese de doutorado *Entre arte e interpretação: figurações do Brasil na literatura de Guimarães Rosa*, defendida em 2010 na UFMG. Contato: bflf@uai.com.br

Concebamos os nossos temas gerais com o nosso sentimento, as nossas idiossincrasias, a nossa emoção, em suma naturalmente, ingenuamente, segundo o nosso temperamento pessoal, que é já produto da índole nacional, e ficaremos ao mesmo tempo nacionais e humanos, particulares e universais. (José Veríssimo)

Embora eu veja o escritor como um homem que assume grande responsabilidade, creio entretanto que não deveria se ocupar de política; não desta forma de política. Sua missão é muito mais importante: é o próprio homem. Por isso, a política nos toma um tempo valioso. Quando os escritores levam a sério o seu compromisso, a política se torna supérflua. Além disso, eu sou escritor, e se você quiser, também diplomata; político nunca fui. (João Guimarães Rosa)<sup>1</sup>

Este trabalho é um esforço para identificar interseções da interpretação de José Veríssimo do povo e da cultura brasileiras esposadas no livro *A educação nacional* com a literatura de João Guimarães Rosa, especialmente o romance *Grande Sertão: Veredas*. O escritor certamente foi um grande renovador da literatura brasileira, mas é preciso percebê-lo dentro de uma tradição de pensamento sobre a cultura e a sociedade brasileiras, tradição cuja apropriação não precisa explicitar em seus textos, afinal esse é constrangimento a que os escritores ficcionais não estão obrigados.

Nossa tarefa será examinar as proposições que a literatura roseana lança figurativamente sobre o Brasil, encarnadas em suas estórias, para pensar que a história, a sociedade e a cultura brasileiras estão lá vistas pela lente de uma tradição interpretativa que identificamos em José Veríssimo representante significativo — em especial em seu *A Educação Nacional*.

Avaliaremos aqui a medida com que o pensador do Brasil José Veríssimo e o prosador do Brasil Guimarães Rosa se aproximam e se afastam quanto ao que pensam sobre o papel da educação e da instrução públicas na configuração do Brasil imaginado por cada um deles em seus textos aqui considerados. Na obra literária de João Guimarães Rosa, escrita entre os anos 1930 e os anos 1960, *Grande Sertão: Veredas* — publicado em 1956 — é momento decisivo, haja vista que, paralelo às inovações linguísticas que consagraram o autor na história da literatura brasileira, o livro reatualiza questões centrais da história do país,

---

<sup>1</sup> Trecho de entrevista ao crítico literário alemão Gunter Lorenz, realizada durante o *Congresso de Escritores Latino-Americanos*, em Gênova, em 1965. Esta entrevista é, praticamente, a principal fonte de consulta de críticos literários e da cultura quando querem saber dos posicionamentos de Guimarães Rosa, expostos mais sistematicamente, quanto à literatura, política literária, história, política geral, filosofia, cultura, religião. Ver: ROSA, João Guimarães. Diálogo com Gunter Lorenz. In: *Guimarães Rosa*. Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v.1. p.27-61.

articulando literariamente fatos das relações sociais e políticas a uma época de modernização econômica e cultural.

Para aqueles que nunca o leram, e numa vertente de análise possível do livro, mas que não o resume, o romance de Guimarães Rosa conta com dois protagonistas. Nele há um velho jagunço, Riobaldo Tatarana, já desacreditado numa época de modernização que acaba com a realidade social que justificava sua existência, e um “senhor da cidade”, que, em viagem pelo sertão, ouve o testemunho do jagunço para depois escrever um livro.

Para o jagunço, já velho e inoperante, e ciente de sua desvalia para um outro tempo que se aproxima, é a chegada do senhor da cidade que o revaloriza, e é a ele que o jagunço confessa sua admiração balizada pela instrução que reconhece nele, que o escuta para, depois, ir escrever um livro que nem ele, Riobaldo, sabe pra quê e o porquê:

Explico ao senhor: o diabo vige dentro do homem, os crespos do homem [...] Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. [...] O senhor aprova? Me declare tudo, franco – é alta mercê que me faz: e pedir posso, encarecido. [...] Mas, não diga que o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia.<sup>2</sup>

A menção à instrução do homem da cidade que o ouve falar é feita por Riobaldo ao longo de todo o livro. Sua valia, quem a confere é o senhor instruído<sup>3</sup>.

A inviabilidade de se retirar a literatura da vida, como se ela não pudesse ser um documento da história, já foi apontada — entre outros

<sup>2</sup> Ver ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. p.11

<sup>3</sup> Se, em algum grau, estudar Guimarães Rosa pode ser tomado como índice do desconhecimento dos historiadores de *Grande Sertão: Veredas*, o desconhecimento é mensurável. Pesquisa no Banco de Teses da CAPES em um período de vinte anos, 1986-2006, demonstra que a literatura de Guimarães Rosa praticamente não foi objeto exclusivo das áreas de História e Ciências Sociais. Na UNICAMP, em 1998, a tese em Ciências Sociais, *Ser-tão natureza – a natureza de Guimarães Rosa*, de Mônica Meyer, na UNESP, em 2003, a dissertação em História *Algumas veredas na construção da legitimação do condomínio da violência no Grande Sertão*, de Odilon Machado Júnior, ainda em 2003, na UFMG, a dissertação em História *Um Jesus Cristo ‘Extraterrestre’, Maquiavel e Weber no sertão das Minas no século XIX: messianismo, milenarismo, culturas políticas e desencantamento do mundo em Um moço muito branco de João Guimarães Rosa*, de Maurício Menezes Ribeiro Branco, e em 2005, na USP, a dissertação de mestrado em História Social *A incrível história do homem que ouviu a música que o outro não tocou*, de Percy da Silva. Registre-se, ainda, a tese de doutorado da historiadora Heloisa Starling, defendida em 1997 em Ciência Política no IUPERJ (RJ). Em vinte anos, foram desenvolvidos três trabalhos em torno de Guimarães Rosa nos cursos de pós-graduação em História no Brasil.

— por Hayden White<sup>4</sup>. Vamos lançar aqui a hipótese de que a instrução a que se refere Riobaldo todo o tempo em *Grande Sertão: Veredas* implica numa questão social literariamente formulada que, de alguma forma, equaciona no texto vicissitudes e dilemas da vida social fora do texto.

A ordem aqui será: primeiro, consideraremos o caráter da ficção como leitura possível do real ficcionado no texto, postulando que escritores literários também podem ser pensadores da sociedade e da cultura; depois, examinaremos algumas premissas da comunidade nacional brasileira imaginada por Veríssimo, especialmente sua formulação sobre o papel da instrução e da educação públicas para a construção da nação — especialmente suas ideias sobre a escola e suas atividades quanto ao sentimento da comunidade nacional desejada; por fim, assinalaremos algumas situações contadas pela literatura de Rosa cujas premissas, acreditamos, ora continuam, ora rompem com as de José Veríssimo, sem perder de vista as diferenças de contexto em que as duas obras foram escritas.

Para Veríssimo, a literatura é “a expressão mais geral e mais segura do sentimento de um povo”, e esse trabalho examina o que sua sociologia afirma e o que a literatura de Rosa sugere sobre aquilo a que os estudos de História do Pensamento Social convencionaram chamar de a “questão do nacional”.

De certa forma, mesmo distantes no tempo, propomos que Rosa e Veríssimo “se leem”, um mediando o outro pelo que formula de noções sobre a nação e o papel da instrução como criadora de uma comunidade imaginada Brasil; e outro esposando literariamente uma trama social em que aquelas noções formuladas são colocadas a serviço de um processo que — mesmo ficcional — está informado por concepções do país que o outro ajudou a formular.

### *Textos de ficção como textos de pensamento social*

Lançar figurativamente proposições sobre algo não é deixar de falar sobre esse algo, mas falar de forma a que nem sempre temos acesso pela observação direta de fatos e realidades ditas objetivamente; carecemos de perceber como realidades são ditas no ato de fingir a realidade que os textos ficcionais realizam.

Muitas vezes é numa chave interpretativa sociológica com que se leem textos literários na busca de sugestões sobre o que eles refletem da

<sup>4</sup> WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

realidade social. Toma-se o evento narrado no livro de literatura para se confirmar o que foi constatado na observação direta sobre a vida e as relações sociais, sem se perguntar como o enunciado ficcional pode revelar para além daquilo que está diretamente referenciado. Seria conveniente registrar alguns escritores de literatura, entre tantos, de que os historiadores lançam mão para afirmar o quanto é válido examinar as realidades pela literatura: Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Raul Pompéia, Mário de Andrade, Charles Dickens, Marcel Proust, Flaubert, José de Alencar, José Lins do Rego, Eça de Queirós, Pedro Nava, Balzac, Charles Baudelaire.

O filósofo da História e linguista Hayden White e o teórico da Literatura Wolfgang Iser alertaram sobre a medida de realidade que os dispositivos representacionais em Literatura envolvem.

Ao afirmar que o conhecimento historiográfico não diminui porque os historiadores conferem sentido a suas narrativas da mesma maneira que escritores de ficção, White alega que assim só o seria se “acreditássemos que a literatura não nos ensinou algo acerca da realidade, por ter sido o produto de uma imaginação que não era deste mundo, mas de outro, de um mundo inumano [...]”<sup>5</sup>

Já o teórico hermenêutico Wolfgang Iser adverte-nos de que nem tudo no texto ficcional é fictício, visto que “há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional”<sup>6</sup>.

O ficcional refere-se a estratégias e arranjos das relações sociais que podem ser observados pelo modo com que representa a realidade vivida; ao representar a realidade no texto, o ardil literário fornece esquemas persuasivos de interpretação dos processos sociais como construídos no discurso ficcional, de modo a sugerir percepções e valorações de que lançam mão os agentes reais da vida política apreendidos na figura dos personagens fictícios da vida ficcionada do texto.

Os historiadores descobriram escritores de História nas fronteiras dos textos histórico e ficcional, e que usaram da forma literária como fonte de legitimidade e de persuasão para enunciar a verdade histórica de suas proposições<sup>7</sup>. Ou mudaram nossos conceitos entre o que são textos históricos e ficcionais ou mudou nossa concepção sobre o caráter

<sup>5</sup> WHITE, Hayden. *Op.cit.* p.112.

<sup>6</sup> ISER, Wolfgang. Atos de fingir. In: *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p.7

<sup>7</sup> Podemos citar Sérgio Buarque de Holanda, estudado por alguns autores em PESAVENTO, Sandra Jatay (Org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005, 196 p.

de verdade do que afirmamos. Asseguramo-nos de que textos ficcionais podem elaborar verdades sobre as realidades, ou fazer proposições verossimilhantes à realidade, que a ela se assemelham, e entendidas como sendo a realidade.

Rever a natureza do ficcional é examinar se certas realidades do mundo dos valores, crenças e juízos não estão mais bem elaboradas quando estão formuladas livres da obrigação de se verificar se entre *o que se diz* e *do que se diz* há correspondência. Certamente que há referencialidade literária entre palavra e coisa, mas não podemos cogitar que, quando não temos a obrigação de dizer verdades, muitas vezes são momentos em que elas mais podem vir à tona? Ianni afirma sobre o conteúdo de fantasia das produções científicas, filosóficas e artísticas: “Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior de realidade”.<sup>8</sup> A análise de literatura de *Grande Sertão:Veredas* como formulações sobre o Brasil talvez possa ser referida à história do pensamento social brasileiro.

Se tomarmos o romance, ali se elabora a travessia brasileira do arcaico ao moderno, deslizando narrativamente em direção a uma interpretação do Brasil que indica o tratamento dado pelo autor a categorias presentes em textos qualificados como de “História do Pensamento Social”, como *raça, território, clima, trabalho, cultura e natureza*. Será mera coincidência que a natureza na literatura de Rosa seja contemplação e deleite, um quase-cenário cujo encanto penetra o irracionalismo e a lógica maravilhosa dos personagens?

No romance, a natureza não é hostil ao homem, não há conflitos de raças, os sertanejos não são pobres vítimas de desigualdades, sertanejos sem escola e sem letra convivem com os homens de letra e com a letra escrita, e o trabalho não é valor estruturante das lutas, sacrifícios ou conquistas humanas. Na natureza, todos cantam, fazem sons ou música: os homens, os bichos, os riachos, as árvores, as palavras. Relato sem precedentes sobre temas tão caros à história do pensamento brasileiro — o meio e a mentalidade sertanejas — não é plausível tomar *Grande Sertão:Veredas* como ficção que dialoga com os temas no interior de variadas matrizes históricas do pensamento social brasileiro?

Tomada como entre arte e interpretação do Brasil, a literatura de Rosa — muito em especial *Grande Sertão:Veredas* — acaba por propor uma leitura do Brasil, e não é coincidência que livros e textos diversos

<sup>8</sup> IANNI, Octávio. *A idéia do Brasil moderno*. 2ª ed. SP: Brasiliense, 1994. p.48.

de interpretação e de análise do país estejam na biblioteca do escritor, devidamente consultados e marcados por ele<sup>9</sup>.

Mas paremos por aqui e vamos a José Veríssimo, para que depois possamos voltar a Guimarães Rosa e a seu romance.

### *A nação em termos de sentimento nacional em “A Educação Nacional” de José Veríssimo*

*A Educação Nacional* foi publicado em 1890, ainda no calor dos acontecimentos de 1889. Esse não é um dado insignificante.

O autor está escrevendo em meio ao difícil processo de institucionalização da república brasileira, e entre os fatos de corrupção política e administrativa que marcaram as lutas intestinas entre militares, republicanos e entre estes e monarquistas<sup>10</sup>. Se José Veríssimo tem em mente uma comunidade de homens igualados pela vontade do trabalho e pela honestidade com as causas públicas, não escapa, porém, de uma análise da sociedade brasileira que a reparte entre aqueles que a governam e aqueles que dependem de quem os governa. Em outros termos: elite e povo.

Entretanto, o Brasil tem estado longe de ser bem governado. Esses homens honestos fizeram sempre uma política cuja imoralidade só é talvez ultrapassada pela dos Estados Unidos; e isso por essa falha de caráter, essa falta de energia, de decisão, de iniciativa, de combatividade, direi, que faz com que o homem que à honestidade reúne o caráter não se contenta só em ser ele honesto, mas obriga a sê-lo tudo e todos que dele dependem.<sup>11</sup>

Para tornar realidade, a comunidade imaginada de Veríssimo deve ser formada, mas há no Brasil uma “falha de caráter” nas elites, porque lhes falta moralidade, algo a que poderíamos arriscar chamar de “espírito público”.

<sup>9</sup> Fizemos nossa pesquisa de doutorado consultando o acervo da biblioteca de Guimarães Rosa, recolhida ao Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, o IEB-USP. Alguns autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Manoel Diegues Júnior, Viana Moog, Luis da Câmara Cascudo, Afonso Arinos, Antônio Cândido, Manoel Rodrigues de Melo, entre outros, estão presentes na biblioteca de Rosa e indicam o diálogo do escritor com textos e autores da interpretação do Brasil dos primeiros decênios da história republicana do país.

<sup>10</sup> Bibliografia importante aqui sobre o difícil processo de institucionalização da república brasileira são os livros de José Murilo de Carvalho, em especial CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

<sup>11</sup> VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.64

A honestidade da elite que governa não basta se não estiver atravessada por uma moralidade que, através da conduta reta, exemplos e virtudes celebradas e festejadas — e aqui a escola tem papel fundamental — faz ver ao povo os benefícios da honestidade de uns para com os outros. No esquema interpretativo do autor, à elite cabe o papel decisivo de formar uma comunidade de iguais igualada pela vontade do trabalho e pela lógica da identidade. Afinal, os homens que governam o Brasil devem matizar a honestidade (inata?) por um caráter que obriga a ser honesto “tudo e todos que dele [do homem de elite] dependem”.

Para Veríssimo, esse caráter é o amálgama que falta para fazer do Brasil uma comunidade nacional, e está colocado aí um princípio pedagógico: só seremos nação se nos identificarmos uns aos outros e às coisas que fazemos juntos, aprendendo no exercício cotidiano público a obrigar, uns aos outros, a também serem honestos. Para o autor, esse senso de obrigação é o que falta a nossas elites, e é delas que deve partir o movimento para se corrigir a “falha de caráter”.

Mas qual é a contraparte dessa elite, o “povo”, que precisa ser formado?

Somos, para Veríssimo, um povo repleto de bons adjetivos: honesto, simples, sincero, modesto de gostos e maneiras, conversável, generoso e “estranho às desmarcadas ambições que vemos em outros povos, como a certos vícios que as qualidades contrárias entre eles desenvolvem”.<sup>12</sup> O brasileiro não está, entretanto, tocado por uma lógica e vontade do trabalho: é indiferente, desanimado, passivo e fraco, e isso se deve às suas origens etno-históricas, à geografia, e à educação, que é a “influência da sociedade sobre o cidadão”, já que “a escravidão consumou em nós a morte de todas as energias, já enfraquecidas pelo clima e viciadas pela hereditariedade”.<sup>13</sup>

Três raças distintas formaram o povo brasileiro: duas selvagens, “descuidosas e indiferentes”, e outra que declina logo que inicia a colonização, indiferente à construção de qualquer atividade mais duradoura e moralmente grandiosa: a raça de brancos portugueses. Essa raça se entrega aos prazeres da vida fácil das terras conquistadas e, após a independência, período de formação de nossa nacionalidade, se entrega a viver sob os favores do monarca. A geografia das terras férteis e fáceis de serem exploradas e de onde se extraía tudo, logo gerou uma falta de empenho em trabalhar, e tudo era entregue ao escravo, e a população civil ficava livre do trabalho. A escravidão teria nos acostumado mal,

---

<sup>12</sup> *Idem*, p.69.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.68.

ensejou uma moral negativa do trabalho, a preguiça, a falta de esforço de empreendimento e conquista. “O desprezo pelo trabalho é um dos defeitos mais patentes do caráter brasileiro”, afirma Veríssimo.

Para o autor, porém, nem tudo é falta.

Existem no povo brasileiro emoções que habitam uma alma, manifesta, organizada, entre outras formas, em arquivos, museus e coleções, que são “construções que nossos antepassados chamaram memórias”, maneiras de recordação do passado nacional. No Brasil, a essas memórias juntam-se contos dos poetas e outras manifestações “das mesmas forças emotivas que o povo contém e que, ou se consubstanciam, e por assim dizer, se individualizam num homem, ou se dividem e repartem numa florescência anônima, mas vibrante e quente, da alma nacional”.<sup>14</sup>

Então, o que falta que aproxime elite e povo numa só comunidade cultural de sentido solidária e igualada?

No Brasil, falta o sentimento que realiza a unidade pela identidade nacional, sentimento que se faz daquilo que mais une os povos para além de coações e arbitrariedades; sentimento que, sendo emoção e racionalidade ao mesmo tempo, se elabora por Veríssimo em termos que lembram os “hábitos do coração e da mente” com que Tocqueville analisou a América<sup>15</sup>. A raiz dessa falta estaria na história que se escreveu até então sobre o Brasil, em que se realçaram os acontecimentos da exploração portuguesa sobre sua colônia e a conformação de uma personalidade nacional marcada pela índole corruptiva e exploradora do saque e da espoliação.

É preciso, para Veríssimo, retomar a história e identificar nela a unidade forjada nas lutas, sofrimentos, dores e aspirações comuns que uniram brasileiros ao longo de seu processo de independência.

Na escola brasileira, reclama ele, não há uma cadeira de História no ensino superior, nossa literatura histórica é nula e os cantos populares foram julgados indignos de ser tradição. Para Veríssimo, a história deve dar a conhecer “as dificuldades em comum sofridas e vividas”, a solidariedade nacional legada pelos antepassados a fim de “legá-la às gerações vindouras sucessivamente melhorada”. E mais: “o sentimento do passado, a possessão em comum de um rico legado de tradições, o desejo

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.101.

<sup>15</sup> Alexis de Tocqueville utiliza os termos para aludir ao fato de que sentimentos, crenças e valores individuais — o que ele chama de “hábitos do coração” — são mediadores da percepção e atuação políticas comunitárias, que ele qualifica como “hábitos da mente”, pelo uso que fazem do diálogo e da racionalidade. Ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. In: Federalistas São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.185-285. (Coleção Os Pensadores, n. 29).

de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida<sup>16</sup>.

Para saber a história, ou se estuda ou se constroem festas e monumentos, e o povo brasileiro não tem nenhum dos dois: não estuda e não tem festas e monumentos.

O fortalecimento da educação pública em que se celebre o Brasil e a criação sistemática de cadeiras de ensino de História em que se instruem os brasileiros sobre seu passado e sua geografia valem para Veríssimo como a condição primeira para se construir o sentimento de unidade e de identidade que constitui a nação.

À falta de educação pública e de educação política que acaso poderiam ter modificado a índole dos antepassados herdada e, por condições geográficas, sociológicas e mesológicas desenvolvida, há que juntar a ausência de estímulos exteriores, como fossem, por um lado, as guerras ou a concorrência estrangeira às indústrias e comércio nacionais, de outro, as manifestações coletivas com que os povos que têm o culto das tradições, da pátria ou de certos hábitos e costumes se agremiam e reúnem em festas, em jogos, em solenizações de grandes dias a grandes feitos.<sup>17</sup>

Para o autor, instrução e educação não são a mesma coisa, porém<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> VERÍSSIMO, José. *Op.Cit.* p.103. Aqui, uma pequena situação, que é mais que mera coincidência. Veríssimo foi um dos colaboradores do Arquivo Público Mineiro criado em 1895, quando então, seu primeiro diretor, José Pedro Xavier da Veiga, recolhia papéis da história mineira com que ia organizando o acervo da instituição e compilando documentos com que ia escrevendo as *Efemérides Mineiras*, de 1897. A curiosidade fica por conta da maneira com que Veiga escreve o passado mineiro para encontrar na história a gestação do que seriam os componentes da unidade e identidade mineiras construídos na luta secular contra a exploração e a espoliação coloniais. A tônica do discurso de Veríssimo sobre o passado parece ser a mesma: a história está ali pronta a nos redimir, a oferecer o lastro comum de dores compartilhadas e de feitos realizados. Ver CARNEIRO, Maria Edilane de Almeida Carneiro & NEVES, Marta Eloísa Melgaço. *Apresentação das Efemérides Mineiras*. 2 v In: XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

<sup>17</sup> VERÍSSIMO, José. *op. cit.* p.71. O sentimento nacional como percebe Veríssimo o aproxima de Guimarães Rosa. Quando indagado sobre a “brasilidade”, Rosa afirmou que era “palavra [que] em si contém uma definição que tem valor para nós, para nosso caráter, nossa maneira de pensar, de viver e de sentir: ‘brasilidade’ é talvez um sentir-pensar”. Ver: ROSA, João Guimarães. *Diálogo com ...op. cit.* p.56.

<sup>18</sup> É curioso observar como são usadas as mesmas palavras em situações tão díspares como no livro literário de Rosa e no livro sociológico de Veríssimo. Em *Grande Sertão:Veredas*, Riobaldo só se refere a seu interlocutor, que o entrevista no sertão, como alguém “instruído”, nunca educado. O termo é sempre *instrução* e não *educação*. Herança de pensadores como Veríssimo? Riobaldo chega a dizer a seu interlocutor: “Sua alta instrução compõe minha valia”. Vestígios de uma clivagem elitista sobre a sociedade incidindo sobre a vertente do pensamento brasileiro representada por Veríssimo e expressa num texto de natureza ficcional?

Para José Veríssimo, a instrução supre do conhecimento para a vida numa civilização da indústria e da ciência e a educação faz surgir o senso e o sentimento da unidade e da identidade nacional. Melhorados pela celebração da história e do território cultivada pela escola, elite e povo se encontrariam numa unidade construída na vontade de trabalho e nos laços de identidade recolhidos e preservados nas mais genuínas tradições populares. Para Veríssimo, o verdadeiro Brasil estava no interior, e certamente não é mera coincidência que Guimarães Rosa vá dizer muitos anos depois que “esse pequeno mundo do sertão, este mundo original e cheio de contrastes, é para mim o símbolo, diria mesmo o modelo de meu universo”.<sup>19</sup> Diz Veríssimo: “Para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção desta palavra”.<sup>20</sup>

O autor incorpora a análise sociológica ao estudo dos processos sociais por que passou o Brasil, porém sua perspectiva histórica é marcante, verificando o que, no passado, faltou em nossa formação, a fim de agir no presente para repor o país no caminho de um tempo de progresso que exige trabalho e solidariedade.

José Veríssimo analisa o Brasil por uma falta, que é uma falha.

Com o passar dos anos — cuja baliza “anos 30” é convencionada — muitos autores do pensamento social brasileiro firmarão o preceito de que ao povo do Brasil não falta nada, não há falhas, era aquele o povo que tínhamos, e examinarão sua cultura considerada como resultado de um processo histórico próprio. Num certo sentido, Veríssimo já anuncia essa matriz interpretativa culturalista, talvez sem o saber. Ao pregar que a educação é aquilo que constrói um povo de tradição e identidade numa comunidade nacional, o que são as atividades educativo-formadoras que a escola deve executar para formar o povo senão atividades de caráter cultural? - poderíamos indagar. Numa perspectiva que descola educação de cultura, Veríssimo não é um culturalista, porém numa perspectiva que perceba a escola como espaço de sociocultura, Veríssimo já o é.

Mas há um porém que afasta o autor dos culturalistas posteriores: no Brasil ainda há uma falta que é preciso preencher!

O autor, em seu tempo, se coaduna com as teorias importadas da Europa pela intelectualidade brasileira, mesmo que sua análise sociológica não caia no determinismo racial e/ou mesológico de análises do Brasil do século XIX e início do XX abaladas com a Primeira Grande Guerra. Veríssimo identifica na educação o papel fundamental, e caberia

<sup>19</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão ... op.cit.* p.43.

<sup>20</sup> VERÍSSIMO, José. *op.cit.* p.44.

indagar se, numa história do pensamento educacional brasileiro, ele não inaugura certa noção salvacionista de educação como aquilo sem o que o país não tem solução.

Mesmo que a nós pareça que o autor tangencia uma vertente culturalista brasileira, ele ainda tem como espelho as sociedades europeias e americana nacionais, seus governos e sua vida política associativa.

Alertando para os perigos da cópia e/ou da imitação servil de modelos que não cabem ao país, Veríssimo também já está percebendo a necessidade de se construir uma cultura da nacionalidade que tenha o Brasil e a realidade de seu território, de sua gente e de sua história como parâmetros. Guardadas as distâncias temporais de contexto, vamos ver como esses parâmetros permanecem ou se rompem na literatura de Guimarães Rosa, e no sertão entendido como espaço semântico de brasilidade e de genuínas tradições.

Afinal, para Veríssimo, o Brasil verdadeiro estava no interior, e esse interior, em Rosa, é o sertão territorialmente demarcado.

### *Educação, instrução, escola e livro: a nação em enredo na literatura de Guimarães Rosa*

José Veríssimo clama por educação pública numa época de ausência quase absoluta de ensino público no Brasil. Vimos que o autor incorpora os temas do ensino público e da escola relacionados à construção da nação e de uma cultura da nacionalidade no contexto da difícil institucionalização da república brasileira. Havia um povo a ser formado, um conjunto de tradições a ser inventariado e um passado a ser cultivado como fator de identidade e de unidade nacionais.

O sentimento de ausência de um povo nacional constituído perdura ao longo do século XX brasileiro.

Mas, se nos anos 40/50 do século XX, os temas da educação e da nação permanecem, eles agora serão articulados de outra forma, e o analfabetismo como condição para o desenvolvimento parece ser o mote que identifica a grande carência de formação de um povo<sup>21</sup>. É preciso

<sup>21</sup> Vejam-se as discussões em torno do livro e da leitura - e seu grande desdobramento, o analfabetismo- protagonizado por livreiros, editores, críticos literários e autores no *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, publicação bimestral que informava dos negócios de livros no Brasil, criada em 1952 pelo Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais. Em nossa tese, fizemos pesquisa na publicação dos anos de 1952 a 1963. A antiga questão sobre a falta de leitura por parte do brasileiro se encarna na questão da falta de grandes programas de alfabetização do povo, denunciado pela maior parte dos articulistas do Boletim.

ver como em sua trama literária Rosa vai pesar o papel da instrução e da educação numa comunidade realizada através da ação dos personagens.

Por mais que possa parecer alheio a seu tempo, parece-nos que a literatura de Guimarães Rosa não identifica no analfabetismo um problema.

O homem analfabeto do sertão interior, alheio aos processos formativos da cidade seria aquele em que se recolhem e se guardam o que seriam as mais genuínas tradições populares. Devemos retirar elementos para se construir uma nação verdadeira de seus saberes e práticas, constituídos por um universo que está distante do conhecimento que a escola transmite e valoriza. A literatura de Rosa parece valorizar o acervo de indicadores simbólicos de Brasil expresso na linguagem original, pura e incorrompida do homem do sertão, a quem sempre se identifica se dizendo um “vaqueiro”, um “sertanejo”.

Primeiro há meu método que implica na utilização de cada palavra como se ela tivesse acabado de nascer, para limpá-la das impurezas da linguagem cotidiana e reduzi-la a seu sentido original. Por isso [...] eu incluo em minha dicção certas particularidades dialéticas de minha região, que são linguagem literária e ainda têm sua marca original, não estão desgastadas e quase sempre são de uma grande sabedoria lingüística [...].<sup>22</sup>

Contra uma corrente que postula o analfabetismo como entrave, problema e pobreza, a literatura de Rosa parece sugerir que ela é riqueza, acervo de indicadores do homem verdadeiro sobre o qual se deve construir a nação em termos brasileiros. Numa reflexão de caráter educativo-pedagógico, não podemos pensar que se a alfabetização normatiza a linguagem, automatiza a expressividade e os falares do homem do sertão, para a literatura de Rosa, então, o analfabetismo não é de todo ruim?

Enquanto vou escrevendo, eu traduzo, extraio de muitos outros idiomas. Disso resultam meus livros, escritos em um idioma próprio, meu, e pode-se deduzir daí que não me submeto à tirania da gramática e dos dicionários dos outros. A gramática e a chamada filologia, ciência lingüística, foram inventadas pelos inimigos da poesia.<sup>23</sup>

Não sou um revolucionário da língua. Quem afirma isto não tem qualquer sentido da língua, pois julga segundo as aparências. Se tem de haver uma frase feita, eu preferia que me chamassem de reacionário da língua, lá onde a palavra ainda está nas entranhas da alma, para poder lhe dar luz segundo a minha imagem.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> ROSA, João Guimarães. *Diálogo com...* op. cit. p.46.

<sup>23</sup> *Idem*, p.45.

<sup>24</sup> *Ibidem*, op.cit. p.49.

Rosa parece fazer um ato político com sua literatura, apesar de se dizer um apolítico: num tempo histórico em que o analfabetismo é o tema que diagnostica o grande mal social a que se deve suplantar para o país dar certo, em que se equaciona falta de escola e razão escrita com subdesenvolvimento, sua literatura parece dizer que isso pode ser riqueza.

E também choco meus livros. Uma única palavra ou frase podem me manter ocupado durante horas ou dias. Para isso não preciso forçosamente de um escritório. Gosto de pensar cavalgando, na fazenda, no sertão; e quando algo não me fica claro, não vou conversar com algum douto professor, e sim com alguns dos velhos vaqueiros de Minas Gerais, que são todos homens atilados. Quando volto para junto deles, sinto-me vaqueiro novamente, se é que alguém pode deixar de sê-lo. Temos de aprender outra vez a dedicar muito tempo a um pensamento; daí seriam escritos livros melhores. Os livros nascem quando a pessoa pensa; o ato de escrever já é a técnica e a alegria do jogo com as palavras.<sup>25</sup>

Mas vamos com calma, porque na literatura de Rosa, ao contrário do que ele mesmo afirma, o Brasil verdadeiro do interior, tal como postulava Veríssimo, é pensado de maneira diferente com relação aos termos com que o fez boa parte da história do pensamento brasileiro do século XIX. Porque o sertão de Rosa não está distante da cidade, e, de certa forma, a cidade o potencializa. Os jeeps, o telégrafo, o rádio, as revistas ilustradas, o avião, convivem no universo sertanejo da literatura roseana sem contaminá-lo, sem tirar-lhe certa pureza.

De jeep se vai às fazendas e se anda pelas “estradas rodageiras”; dos telégrafos chegam informações urgentes e notícias da cidade; a máquina fotográfica tira “instantâneos do sertão”; em torno do rádio, se organizam rodas de ouvir e contar estórias; pelas revistas ilustradas se transmitem imagens e palavras de um Brasil ampliado; na fazenda mocinhas dançam tal qual “tiradas de fita de cinema”; e os aviões são o “arioplân” que levam o menino para conhecer Brasília<sup>26</sup>.

Não parece haver apologia de um sertão intocado, repositório de uma raça histórica à maneira de Euclides da Cunha de *Os Sertões*, mas a constatação de que ali está guardado um arquivo de tradições, materializados em práticas, fazeres e saberes que também podem fazer parte de uma cultura brasileira que não dispensa a cidade, da qual Rosa parece ser o mensageiro ilustre que vai mediar o urbano e o rural, a cidade e o sertão, o erudito e o popular, o escrito e o oral magnificamente

<sup>25</sup> *Ibidem*, op.cit. p.44.

<sup>26</sup> A referência aqui é ao conto *As margens da Alegria*, publicado no livro *Primeiras Estórias*, em 1962. O conto é a estória de um menino que vai conhecer Brasília ainda em construção, no avião da companhia, levado pelo tio.

representados pelo personagem escritor (repórter, etnógrafo, historiador, antropólogo, sociólogo?) de *Grande Sertão:Veredas*. A Crítica Literária especializada se encontra em grandes discussões na questão de quem é o homem que a cavalo percorre o sertão para registrá-lo e depois escrever um livro, se não seria o próprio Rosa.

Um dos aspectos da aproximação do sertão com a cidade é o modo ambivalente com que a cultura do escrito está na literatura de Rosa e a relação, ora tensa, ora pacificada que estabelece com outras formas e equipamentos de transmissão de memória na cultura. A literatura de Rosa acena para o sertão como rico acervo de saber e conhecimento envolto em sabedoria, cuja transmissão se faz pela palavra narrada em estórias vivas contadas pela boca de sertanejos uns aos outros. Essa realidade conforma um universo em que estão praticamente ausentes a cultura do escrito no livro e a escola, que é sua principal guarida<sup>27</sup>.

Quando a escola aparece em *Grande Sertão:Veredas*, não é para ratificar sua supremacia e a de seus agentes, mas para apontar a relação que existe entre culturas que se organizam em torno dela e fora dela. No romance, apresentar a forma de entrada de Riobaldo para o mundo dos jagunços e sua relação com a escola pode calhar bem para nosso objetivo.

Quando sua mãe morre, ainda menino, Riobaldo é mandado para a fazenda do Tio Malinácio, por onde transitam jagunços que rondam uma realidade de fazendas e coronéis. O tio é fazendeiro de posses, fazedor de negócios, e com ele o sobrinho estava garantido. Certo dia, o tio lhe mostra um recibo comercial de compra, mas Riobaldo não sabe ler!

O tio resolve mandá-lo para o Currálinho, para a escola de roça de Mestre Lucas, onde vai aprender a ler e escrever com o fim de viver da formação que a escola, o livro e a escrita lhe darão, supõe o tio. Riobaldo se torna professor, ensina às crianças mais novas da escola e termina sendo contratado para ensinar Zé Bebelo, um fazendeiro que quer limpar o sertão de jagunços para se tornar político. O contato com fazendeiros e os serviços que segue prestando nas fazendas, onde jagunços se movimentam a procura de reconditórios, pouso, alimento e ajudas de chefes-fazendeiros leais é o que propicia a Riobaldo as oportunidades de ir se aproximando daqueles homens de feitos e façanhas gloriosas dignas de serem escritas. É numa dessas situações que Riobaldo reencontra

<sup>27</sup> Escrevemos sobre a ausência do escrito no livro em FAGUNDES, Bruno Flávio L. Sua alta opinião compõe minha valia. Leitor, leitura e cultura letrada em alguns contos de João Guimarães Rosa. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. v.2, ano II, n.3. julho/agosto/setembro 2005. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/volumequatro.php>. Acesso em: 26 mai.2011.

Diadorim, com quem vivera uma situação emblemática num tempo de infância e cuja imagem nunca mais lhe saíra da cabeça e do coração.

No reencontro anos depois, para além da paixão recolhida que os aproxima, a condição de jagunço para Riobaldo chegava por uma via pouco convencional: a de um homem que não precisa daquela vida, que podia seguir sendo o que a escola de Mestre Lucas lhe ensinara, quem sabe até seguir para a cidade. Mas, para seguir com Diadorim, Riobaldo será o jagunço letrado entre jagunços sem letra! Riobaldo prefere o sertão! Se o fato por si só não evidencia a vivência entre a cultura da letra escrita que Riobaldo representa e a cultura da ausência da letra escrita que os demais jagunços representam, outro fato pode ser o emblema daquela vivência: a caracterização de Riobaldo e Diadorim como personagens que trazem marcas com que nos acostumamos a diferenciar o homem cultivado da letra dos demais homens destituídos dela.

Riobaldo é cheio de dúvidas, homem da reflexão e habilidoso nas palavras e no discurso, enquanto Diadorim é decidido, homem da ação e habilidoso no manejo da faca e das quicês. Pela figuração literária, a instrução e a educação que se transmitem na escola convivem sem que suplante aqueles que não tiveram acesso a ela. Riobaldo estranha muitas vezes aqueles homens jagunços como ignorantes, e esse é provavelmente um filtro social que a escola lhe ensinou, e uma carta sua para uma de suas mulheres no sertão circula durante anos nas mãos de jagunços sem ser aberta, indicando que os homens sem letra podem conviver com a letra escrita sem tripudiá-la. Riobaldo teve escola, com cartilha e palmatória, e muitas de suas angústias e divisões existenciais talvez venham da segregação internalizada que se fez na história brasileira entre os que dominam e os que não dominam a palavra escrita.

A história de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas* incorpora o fato de que, numa cultura de letrados, a palavra escrita no livro nem sempre vence, e ela mantém uma relação de mútua autorização com a palavra fora do livro. Livro e palavra falada não vivem uma sem a outra. No romance, um homem — tão protagonista quanto o jagunço — vai ao sertão ouvir o jagunço para depois voltar para a cidade para escrever e publicar um livro.

Riobaldo inveja a “suma doutoração” do senhor que o escuta narrar, sua inveja não se compensa pelo fato de ser o “professor”, como lhe chamava Zé Bebelo, e tudo o que a escola de Mestre Lucas lhe ensinou, não lhe ensinou o bastante para sair do sertão. E, principalmente, sabendo ler e escrever, ele mesmo não escreve a história do sertão. Por quê?

Mas, se falta alguma coisa ao velho jagunço letrado para escrever, ele mesmo, a história do Brasil em que viveu, por outro lado o senhor que a escreve não teria como fazê-lo se não contasse com a palavra falada de Riobaldo. A escola lhe adiantou de muito e de nada: se lhe confere alguma distinção depois de sair da jagunçagem, ela não lhe garante deixar o sertão! O livro que o senhor escreve não pode prescindir de Riobaldo para contar a história de um país que se transforma, e a história do país também não pode prescindir do livro, sem o qual ficaria sem o registro de sua transformação.

Esta ambivalência de uma cultura da letra — que é tanto a da letra escrita no livro como da letra falada pelas palavras soltas no ar — organiza a figura ambivalente de Riobaldo.

O senhor que o escuta não é apenas quem escreve a história, mas alguém que vai publicar o livro na cidade, e a armação da intriga de *Grande Sertão: Veredas* pode significar que o livro, seus agentes e instituições — editores, livreiros, bibliotecas — convivem com a palavra falada sem a qual seus livros não têm como serem escritos e publicados, ou com a qual devem conviver. Separar a cultura do livro da cultura fora do livro como critério de segregação social é que não faz muito sentido. Propor o analfabetismo desses homens sertanejos exponenciais para se escrever a história do Brasil como um problema parece um equívoco.

Em contrapartida, um paradoxo: a armação da intriga no romance sugere que a palavra falada também não tem como viver mais se não for registrada em livro, numa época histórica em que a cultura da memória transmitida através da palavra falada se está dispersando ao competir com a transmissão da palavra mediada por artefatos de mídia que não se restringem ao livro, como rádio, cinema, revistas. E toda a indústria editorial brasileira incrementada desde os anos 1930.

É bastante razoável que, nos anos 50 do século XX brasileiro, numa época histórica que identifica no analfabetismo e na ausência de livros e bibliotecas o problema brasileiro crucial, os empresários do livro venham com um discurso em torno de uma natureza intrinsecamente superior do livro e da escrita em relação a outros modos de transmissão de conhecimento e saber. O discurso sobre o livro se naturaliza, sem se perceber as relações que livros podem estabelecer com outros artefatos. É claro que aí estão os interesses da indústria livreira, mas é nossa obrigação apontar que suas premissas de ordem econômica sejam também de concepção sobre a sociocultura.

É sedutor pensar que *Grande Sertão: Veredas* representa um Brasil cuja modernização não precisa destruir o que seriam suas culturas

legítimas, sugerindo um imaginário descrente de que a cultura do livro e da escola, sua principal guarida, sejam centrais na criação de uma comunidade nacional. Paradoxo outra vez: se a escola não é central para formar uma comunidade, ela também não se funda sem o livro que a escreve com a letra que, especialmente, é a escola que ensina!

Esse, e tantos outros aspectos da história brasileira, Riobaldo corporifica, sugerindo que o encaminhamento brasileiro da questão do nacional poderia ter encontrado outras soluções que não estão presentes totalmente nos termos de uma tradição que universaliza o livro como artefato de acesso intrinsecamente superior de conhecimento. Se a obra de Rosa está viva em seu tempo é para dizer dessas ambivalências, sugerindo o convívio de formas de acesso ao conhecimento e transmissão de saberes que não se restringem ao livro.

Veja você, Lorenz, nós, os homens do sertão somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar estórias; já no berço recebemos esse dom para toda a vida. Desde pequenos estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas, e também nos criamos em um mundo que às vezes pode se assemelhar a uma lenda cruel. Deste modo a gente se habitua, e narra estórias que correm por nossas veias e penetra em nosso corpo, em nossa alma, porque o sertão é a alma de seus homens. Assim, não é de estranhar que a gente comece desde muito jovem. Deus meu! No sertão, o que pode uma pessoa fazer de seu tempo livre a não ser contar estórias? *A única diferença é simplesmente que eu, em vez de contá-las, escrevia. Com isso, pude impressionar, mas ainda sem perseguir ambições literárias.* Já naquela época eu queria ser diferente dos demais, e eles não souberam deixar escritas suas estórias [...].<sup>28</sup>

A literatura de Rosa pode ser fecunda para se pensar como na história do Brasil e do pensamento social brasileiro se examinou o papel da escola, da educação e da instrução na formação de uma cultura nacional. Mesmo se a escola que está em *Grande Sertão:Veredas* seja uma “escola de roça”.

Não devemos indagar o que *Grande Sertão:Veredas* problematiza só por aquilo que está explícito, mas também por aquilo que está completamente ausente. Paradoxal sim, mas não contraditório, que um escritor cuja autoridade advém da palavra escrita no livro consiga escrever uma literatura em que o livro, e seus derivados, não existem. Em toda a obra roseana, uma cultura de leitura se faz pelas rodas de contação de estórias e a cultura do escrito que se manifesta em cartas e bilhetes convive com a palavra fora do escrito nem sempre de maneira amistosa, revelando aspectos da segregação social histórica brasileira em

que a escola e a palavra no livro são os principais critérios. Mas o grande motivo é a convivência entre um tipo e outro de registro da língua.

Isso confere a Rosa autoridade para ir aos sertanejos e ser aceito num país que continua longa tradição que acentua o livro e sua centralidade na construção de uma civilização. São os jogos do autor com os parâmetros que lhe conferem poder numa república de “homens de letras”. Mas separemos o autor de sua obra: nem sempre ele tem consciência do alcance e do significado dela. Principal é vermos que a grande inovação do escritor Guimarães Rosa que lhe confere autoridade social é *fazer o que fez pondo em livro* o que normalmente se transmite pela fala e pela escuta. Guimarães Rosa não é apenas um homem da palavra, *mas um homem da palavra escrita no livro*.

É claro que isso tudo não estava posto para José Veríssimo no final do século XIX como estava para Rosa em meados do século XX. A instrução de que trata Veríssimo era a pública, e não a da escola de roça em que Riobaldo “aprendeu as letras”. Esse não é um fato que constrange nosso argumento, porque a instrução está tomada apenas como uma questão de grau nos dois autores.

Para a comunidade nacional brasileira que Veríssimo imagina, a instrução está como algo inteiramente por se fazer, e a convicção é a de que sem ela não há nação; já para a comunidade nacional brasileira que Rosa imagina, a instrução já se faz de há muito e ela tanto agrega e une, como segrega e separa. Rosa e Veríssimo se diferenciam no tocante ao papel imaginado da política na constituição da nação, e precisamos fazer a devida demarcação de contextos.

A época histórica de ambos os autores colocam-lhes balizas marcantes.

Para Veríssimo, a difícil institucionalização da república brasileira desafia pensar o quanto a política pode ser importante para criar a comunidade nacional, embora o revolve “aquela supremacia brutal das massas, aquele reino absoluto do número” que provavelmente lê sobre a experiência democrática americana via Tocqueville. Para Rosa, a política em sentido estrito é supérflua, e parece razoável que o escritor esteja se debatendo aqui contra uma política que exige da literatura engajamento e compromisso social para a transformação da realidade, o que ele não aceita.

Hoje em dia acontece algo semelhante. A consciência está desperta, mas falta o vigor da língua. A maldição dos costumes é notada e os autores

aceitam sem crítica a chamada linguagem corrente, porque querem causar sensação, e isso não pode ser.<sup>29</sup>

Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo [...] O que chamamos hoje de língua corrente expressa apenas clichês e não idéias; por isso está morta e o que está morto não pode engendrar idéias. Não se pode fazer dessa linguagem corrente uma língua literária, como pretendem os jovens do mundo inteiro sem pensar muito.<sup>30</sup>

Rosa e Veríssimo se assemelham porque ambos os textos acreditam na formação do povo, mas diferem as fontes de saber e de legitimação da comunidade elaborada de suas respectivas representações do Brasil.

Para ambos, falta a qualquer povo que se quer nação um *sentimento de pertença* entre seus membros.

Na comunidade de Veríssimo, as tradições mais genuínas do povo, expressas num rico acervo de cantos, danças e poemas herdado de um passado comum de sofrimentos e conquistas, se cultivado e celebrado por todos — e em especial pela instituição escolar — são a fonte maior dos laços sentimentais de identidade e de pertencimento. Na comunidade de Guimarães Rosa, as tradições parecem as mesmas, mas o sentimento nacional de identidade e de pertencimento se encontra no cultivo do variado acervo de línguas, modos de dizer, narrar e transmitir a memória que, na história da educação brasileira, parece ter sido banida em benefício de uma língua que perdeu suas raízes na “narrativa multicolorida dos velhos” para se submeter à “tirania da gramática” e da ciência linguística.

Se, com relação ao papel dos instruídos sobre o povo, Rosa de alguma forma repete o vinco elitista de Veríssimo, marcando a leitura da sociedade brasileira em seu romance sugerindo, sem afirmar, que ele seja o senhor que vai escrever o livro na cidade e com ele se perenizar, não é isso que importa aqui. A verdade é que isso o pode assemelhar a Veríssimo, mas há diferenças quando olhamos cada obra em seu tempo histórico. Para a literatura de Rosa a escola e a instrução são figuras que ensinam o ambíguo, enquanto que para Veríssimo elas estão ligadas em linha direta.

É assim que Rosa e Veríssimo parecem se ler.

Integrante de uma geração de homens cuja concepção de Brasil ainda dialoga com aquela da historiografia brasileira do século XIX, segundo a qual “visa a produzir uma homogeneização da visão do Brasil

<sup>29</sup> *Idem*, p.50.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.52.

no interior das elites brasileiras”,<sup>31</sup> a representação de Veríssimo sobre o país parece asseverar a ideia de que existe, em primeiro lugar, aqueles que levam seu esclarecimento e razão ao restante da sociedade. A representação da literatura roseana sobre o Brasil sugere-nos a ambiguidade do papel que cabe aos homens de letras entre homens desinstruídos, como é o caso do escritor entre vaqueiros no sertão de Minas e Goiás. Pelo sim pelo não, são dois tempos da história brasileira, e supõe-se ser possível conjecturar que, por si só, isso já avaliza a percepção diferenciada que as duas imaginações do Brasil nação cada uma realiza.

Ambos, Rosa e José Veríssimo parecem ser lidos pelo fundo comum de uma tradição de pensamento. Tradição que, ao longo do tempo, equacionou a questão do nacional em termos de poder e superioridade, com a diferença de conceitos quanto ao papel da escola, da escrita e do livro nas formas de produção, convivência e transmissão de saberes e conhecimentos na formulação daquela questão nacional.

---

<sup>31</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.6.

